

CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA DE PESCA EM MOÇAMBIQUE

CONTRIBUTIONSTO FISHERIES POLICY IN MOZAMBIQUE

CONTRIBUCIONES A LA POLÍTICA PESQUERA EN MOZAMBIQUE

Silva, Catia Antonia

RESUMO

As águas marinhas de Moçambique são muito piscosas e atraem diferentes embarcações de outros países, que hoje são em parte contabilizadas na política de pesca de Moçambique. Para os pescadores moçambicanos, a pesca é importante fonte de trabalho e renda. Para a população mais pobre, a pesca é a principal fonte de proteína animal. Nestes contextos de importância da economia da pesca para o país, quer seja como melhoria das divisas e da riqueza nacional, quer seja no que se refere à sustentabilidade alimentar e de trabalho para a população, o presente artigo tem como finalidade analisar o processo de modernização da pesca industrial e semi-industrial e propor melhorias para a economia, a sustentabilidade ambiental e aos trabalhadores do mar, no sentido de contribuir para o fortalecimento do setor.

Palavras-chave: Moçambique. Política Pública. Setor Pesqueiro.

RESUMEN

Las aguas marinas de Moçambique son muy ricas en peces y atraen a diferentes embarcaciones de otros países, que hoy en día se tienen en cuenta en parte en la política pesquera del país. Para los pescadores mozambiqueños, la pesca es una importante fuente de empleo e ingresos. Para la población más pobre, la pesca es la principal fuente de proteína animal. En este contexto de importancia de la economía pesquera para el país, ya sea en términos de mejora de divisas y riqueza nacional, así como en lo que respecta a la sostenibilidad alimentaria y laboral para la población, el presente artículo tiene como objetivo analizar el proceso de modernización de la pesca industrial y semi-industrial y proponer mejoras para la economía, la sostenibilidad ambiental y los trabajadores del mar, con el fin de contribuir al fortalecimiento del sector.

Palabras clave: Moçambique. Política Pública. Sector Pesquero.

ABSTRACT

The marine waters of Mozambique are abundant in fish and attract various vessels from other countries, which are partially accounted for in Mozambique's fishing policy. For Mozambican fishermen, fishing is an important source of work and income. For the poorest population, fishing is the primary source of animal protein. In these contexts, where the fishing economy is crucial for the country, both in terms of improving currency and national wealth, as well as ensuring food and employment sustainability for the population, this article aims to analyze the process of modernizing industrial and semi-industrial fishing and propose improvements for the economy, environmental sustainability, and marine workers, in order to contribute to the strengthening of the sector.

Keywords: Mozambique. Public Policy. Fisheries Sector.

INTRODUÇÃO

Moçambique possui uma costa marítima de 2700 quilômetros quadrados, possui vastas áreas com águas interiores (bacias de Cahora Bassa e Lago Nissa), assim com mais de 200 mil pescadores atuando nas águas marítimas e continentais, a atividade tem grande importância para o país, quer seja na sustentabilidade alimentar, porque é a principal fonte de proteína animal, principalmente para os mais pobres e é importante fonte de trabalho e renda.

A partir de 2000, a pesca passa por processos de modernização como em outros setores econômicos em Moçambique. São dois desafios importantes: de um lado ampliar a produção e captura das espécies com alto valor econômico e o segundo é a preservação da biodiversidade marinha, lagunar e fluvial. Já no final dos anos 1990, Moçambique possui algumas embarcações caracterizadas como de pesca semi-industrial. Nos anos 2000 e 2010 ampliaram-se os esforços na ampliação da frota de embarcações da pesca industrial e esse processo tem contado com muitas ações do Estado no investimento de recursos e tem trazido muitos problemas para o país, tais como: ampliação de dívidas para investimento em embarcação e infraestrutura portuária, criação de distanciamento entre a produção artesanal tradicional e essa produção industrial que é voltada para a exportação, enquanto a artesanal é de baixa produção individual e está muito precarizada as condições de trabalho. Em 2018, por foi obtido cerca de 400 mil toneladas de pescado diversos, e a produção da pesca artesanal, com numerosos trabalhadores, teve papel importante nessa captura, com em cerca de 92% da produção total. Desse modo, compreender as estratégias de modernização da produção pesqueira em Moçambique é um desafio que se refere a melhorar a produção da riqueza no país, já que o setor pesqueiro apresenta-se possibilidade de ampliação e de garantir uma parte importante de recursos para o país.

ÁREA DE ESTUDO

Moçambique tem uma longa costa de 2.500 km, e uma largura bastante estreita, com uma área de 801.537 km², e 4.500 km de fronteiras terrestres com a Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbábue, África do Sul e Suazilândia. que se estende da África do Sul no sul até a Tanzânia no norte. Possui três portos principais - Maputo, Beira e Nacala - que são os principais portais econômicos para os países vizinhos da Suazilândia, África do Sul, Zimbábue, Botsuana, Zâmbia, RDC e Malawi. Redes ferroviárias e rodoviárias abrangentes ligam esses portos aos países vizinhos e às províncias sem litoral de Moçambique. Existem outros portos menores, como Quelimane e Pemba, que servem apenas empresas e comunidades próximas, e são chamados apenas pelo transporte de cabotagem.

Para a pesca de grande escala, os principais portos são situados em Maputo, Beira e Quelimane, para a pesca artesanal, utilizam em menor proporção esses e ao mesmo tempo utilizam cais locais como em Pemba.

METODOLOGIA

O presente artigo é fruto de pesquisa geográfica da Pesca que realizamos no Brasil e em Moçambique. Esta pesquisa com apoio do CNPq e da FAPERJ, articula-se ao convenio com o CEDECA da Universidade de Licungo. Desse modo, do ponto de vista metodológico baseamos a pesquisa nos levantamentos secundários com os dados do Instituto nacional de Investigação pesqueira, instituição pública subordinada ao Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas de Moçambique. Leituras de órgãos internacionais como FAO e ONU, experiências das políticas de pesca no Brasil (SILVA, 2014) e visita técnica em Moçambique em 2015 contribuíram para estreitar processos de investigação em conjunto entre Brasil e Moçambique. Nesse artigo, focamos a análise de dados secundários sobre a política de melhoria da pesca, visando compreender as características das espécies de captura, da relação com as embarcações e buscar compreender de que maneira poderemos contribuir para a superação dos problemas do setor da Pesca.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

MODERNIZAÇÃO NA PESCA: PROJETOS E LIMITES

No que se refere à pesca industrial em Moçambique, podemos dizer que do ponto de vista nacional e de organização da frota pesqueira, ainda é incipiente, possui fragilidade de contratação da frota tem levado prejuízos ao Estado, uma vez que a parceria entre capital privado e recurso público não tem avançado e os prejuízos têm ficado para o Estado.

Em 2013, foi criada a empresa EMATUM de pesca de Atum, criada, pelo empresário norte americano Erik Prince, presidente da Frontie Service Group, que atua em logística e transporte, entre outros países, na África do Sul, e comprou 30 embarcações de médio e grande porte, adquiridas por meio de empréstimos contraído com o Estado. Essas embarcações custaram para o Estado moçambicano cerca de 850 milhões de dólares, numa operação ilícita com a promessa de fortalecer a frota nacional de produção do Atum e a patrulha costeira do país. O barco foi comprado de estaleiro francês. De acordo com o Ministro do Mar, Águas interiores e Pescas, Agostinho Mondlane (2018), afirmou que as embarcações estão sem uso e em processo de obsolescência no porto, e que esse problema tem implicações externas. O processo de operacionalização depende de mão de obra externa. “Esse plano foi um grande fracasso e o país assumiu dívidas”, afirma o Ministro.

Em 2018, o governo de Maputo, fez acordo com a comissão administrativa da empresa EMATUR, em acordo com o Ministro da Economia e Finanças que estabeleceu novos termos de estruturação da dívida que era para ser paga até 2023 e que prorrogou para 2033 junto ao estaleiro. O governo federal se comprometeu a emitir novos título da dívida e uma série de instrumentos de valorização da receita por meio de projeto de Gás de Tovuma, no entanto a crise econômica aprofundada em 2020, também se estabelece em Moçambique, com a queda internacional do petróleo e seus derivados, incluindo o gás.

No processo de modernização, empresas tem se interessado no processamento de pescado para exportação. Em 2019, a empresa AEL Ltda. manifestou interesse de usar a Fábrica de processamento de pescado do porto de pesca de Maputo para expandir suas atividades de processamento de pescado para exportação. Essa empresa relata que deseja a criação de um centro de pesquisa e desenvolvimento de produtos de pesca com valor agregado. O governo tem apoiado a iniciativa privada para fortalecimento do setor de pesca e busca ampliar a produção para em 10 anos atingir. No entanto, essa relação entre capital internacional e poder pública segue o modelo neoliberal implementado em países como Brasil que tem fragilizado muito o planejamento territorial do Brasil e a construção de futuro. Para Moçambique, soma-se a necessidade de superar historicamente, período de crises econômicas e políticas. A pesca industrial começa a ser introduzida pelos colonizadores portugueses e o período da descolonização a pesca também teve a interrupção de sua modernização, baseado na busca de melhorias de embarcações e de logísticas e portos para a fortalecimento do mercado nacional e internacional. As águas oceânicas e abrigadas de Moçambique são muito piscosas e de grande variedade de espécies de pescado, atraindo embarcações de outros países, tais como a China, Índia, Coreia, Japão, entre outros.

A maior demanda dos agentes pesqueiros industriais nacionais e internacionais refere-se a necessidade de construção do Porto em Angoche. Os técnicos do Ministério da Economia e Finanças aproximam as ideias desses agentes e têm interesse de aumentar as vantagens competitivas do país sobretudo na exportação. O investimento no setor é o desafio para esses atores públicos e privados. Reclamam que é necessário alimentar os investimentos em infraestrutura em financiamento do Estado e assim demandam pela criação do porto Angoche e relatam que a distância de Nampula-Angoche, que poderia ser em duas horas, leva seis horas devido a degradação estrada de acesso, que têm cerca de 180km para chegar aos mercados maiores ou aos centros urbano-metropolitanos. A demanda do planejamento do setor da pesca tem crescido no país na medida em que empresários chegam no setor, quer seja na atuação da produção, quer seja na atuação do beneficiamento e venda (exportação) em várias partes do país – ver mapa de portos de Moçambique. – Figura

Figura 1: Mapa portuários de Moçambique.



Fonte: 2.1 Avaliação Portuária de Moçambique. Fonte: PORTS A4P. Modificado pela última vez por Alicia Stafford em 10 de dez de 2018. Disponível: https://dlca.logcluster.org/download/attachments/853202/MOZ_LCA_Ports_A4P_20180927.png?version=2&modificationDate=1543564810000&api=v2. Acesso em 20 de maio de 2020.

Ao observarmos as tabelas 1 e 2 sobre a frota de pesca industrial de Moçambique e as pescarias no mar territorial de Moçambique. O mar territorial de Moçambique, que abrange as baías, enseadas e o oceano Índico possui uma biodiversidade marinha muito rica e com espécies com grande poder econômico. Dentre essas espécies estão o camarão de profundidade, conhecido como Gamba e o Atum. O camarão de profundidade é capturado pelos barcos de Moçambique e África do Sul, enquanto que os barcos internacionais (Coreia do Sul, Seychelles e China) atuam prioritariamente do Atum. Embora as embarcações de Moçambique sejam mais numerosas nas águas do país, a capacidade de retirada é bem inferior dos outros países que possuem tecnologias de grande captura. É importante compreender que a permissão do Governo de Moçambique a captura estrangeira em suas águas ocorre porque essa captura representa divisas financeiras.

Tabela 1: Nacionalidades das embarcações de pesca com licença de pesca até abril de 2020, que atuam no mar territorial de Moçambique na Captura de camarão de profundidade, Atum, pequenos pelágicos e outros peixes de valor econômico importante para exportação

Área de origem	Camarão de profundidade	Atum	Pequenos pelágicos e outros peixes	Total
Moçambique	57	6	4	67
África do Sul	2			2
Seychelles		7		7
Coreia do Sul		3		3
China		5	1	6
Total	61	21	5	85

Fonte: Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas de Moçambique. Administração Nacional das Pescas. Listagem de Embarcações nacionais e estrangeiras com Licença de Pesca. Administração Nacional das Pescas - ADNAP, Maputo Cidade, 2020.

Tabela 2: Embarcações de pesca industrial, que obtiveram licença em abril de 2020, em Moçambique e estrangeiras que atracam nos portos de Beira, Quelimane, Maputo e estrangeiros que atuam no mar territorial de Moçambique

Área de origem	Beira	Quelimane	Maputo	Estrangeiros	Total
Moçambique	35	16	15		66
Estrangeiro	12		3	4	19
Total	47	16	18	4	85

Fonte: Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas de Moçambique. Administração Nacional das Pescas. Listagem de Embarcações nacionais e estrangeiras com Licença de Pesca. Administração Nacional das Pescas - ADNAP, Maputo Cidade, 2020.

Segundo relatório de 2018, o plano de licenciamento da pesca industrial do Ministério do Mar, águas interiores e pescas, apresenta o presente exercício econômico foi fixado em 134 embarcações, das quais 43 para a pescaria de camarão de superfície na baía de foram 10 Sofala, 33 para a gamba (camarão de profundidade), 2 para a lagosta de profundidade, 4 para peixe, 18 para a pescaria de atum da frota nacional e 34 para a pescaria de atum da frota estrangeira. Durante o período de 2018, foram licenciadas 155 embarcações da pesca industrial, das quais 139 da frota nacional e 20 da frota estrangeira, correspondentes a um desempenho de 116%, e um crescimento de 35% relativamente à cifra alcançada em 2017. O nível de desempenho do licenciamento acima de 100% foi influenciado pela aprovação e implementação de novos projetos de pesca para as empresas nacionais e estrangeiras para operar ao nível da pescaria de arrasto de peixe que licenciou 42 embarcações com Porto Base em Maputo (5), Beira (20), Angoche (5) Nacala (4) e Pemba (8).

BREVE HISTORIAL DO PORTO DE PESCA DA BEIRA – CIDADE DA PROVÍNCIA DE SOFALA

Em 23 de Junho de 1986, o despacho do então Secretário de Estado das Pescas criou a comissão instaladora do Porto de Pesca da Beira, com o objetivo de providenciar condições necessárias para a futura empresa Porto de Pesca da Beira. Foram instalados na área que se estende desde o cais nº1 do Porto da Beira ao cais Manarte, três Guindastes, sendo dois de seis toneladas e um de duas toneladas e cinco armazéns: (A), (10A), (10), (11) e (12). O armazém (A) comportava os escritórios da comissão instaladora da futura empresa Porto de Pesca da Beira, estava localizado no cais nº1, com uma extensão de 188 metros que serviu para acostagem de embarcações. O programa de reestruturação económica iniciado em 1987 criou certos obstáculos na persecução dos objetivos da comissão instaladora, pois as medidas visavam fundamentalmente extinguir as empresas estatais e a transformação de algumas em Empresas Públicas. E o Porto de Pesca da Beira nem se quer tinha concluído o estudo da sua viabilidade económica (PPB, 2018).

Em Fevereiro de 2000, com infraestruturas obsoletas, o porto veio a ressentir-se dos efeitos do ciclone ELINE que assolou a cidade da Beira e que destruiu o já frágil cais nº1, a linha de circulação dos guindastes e os dois guindastes que até então vinham operando embora com deficiência. Depois da destruição total do cais nº1, pelo ciclone ELINE, o governo encetou junto da comunidade internacional doadora, estudos que permitissem a mobilização de financiamentos para reconstrução do cais, tendo concluído que seriam necessários cerca de USD20 milhões de dólares. Concluído o estudo, seguiu-se um período de mobilização de financiamento bastante longo, de tal forma que na fase de lançamento do concurso, a obra estivesse avaliada em cerca de USD85 milhões de dólares, contra os USD20 milhões disponíveis. Deste modo o financiamento disponível foi aplicado na construção de infraestruturas de apoio a pesca semi-industrial e artesanal (PPB, 2018).

Sendo o objetivo principal a reconstrução do Porto, o governo continuou a negociar com os financiadores, tendo um Banco comercial chinês, o EXIM BANK financiado o projeto que está sendo executado pela empresa China Harbour Engineering Company Ltd. (CHEC), também chinesa, cujo término das obras está previsto para Junho de 2018 (PPB, 2018).

Com a conclusão das obras, em 2019, o porto está em condições de receber embarcações para atracação numa extensão total de 827 metros, sendo 377 metros para barcos de pesca industrial, 300 metros para barcos de pesca semi-industrial e 150 metros de extensão para barcos da pesca artesanal.

Assim, em 2019, foi inaugurado as novas instalações do porto, agora na categoria de Empresa Porto de Beira que se constitui em um terminal pesqueiro público-privado em Beira que contribuiu para suprir as deficiências de infraestrutura portuária pesqueira. O Estado gastou 120 milhões de dólares, em obras de ampliação e reconstrução custaram e estiveram a cargo de uma empresa chinesa e têm funcionando em regime experimental durante o ano de 2020. Este porto é um dos mais modernos da região austral de África, tem capacidade de acostagem de 16 embarcações industriais, o dobro da capacidade existente e dispõe ainda de seis câmaras frigoríficas para 1500 toneladas de gelo, segundo a direção da infraestrutura. Desse modo, o porto passou a reunir condições para receber embarcações para atracação numa extensão total de 827 metros, sendo 377 metros para barcos de pesca industrial, 300 metros para barcos de pesca semi-industrial e 150 metros de extensão para barcos da pesca artesanal. (PPB, 2018). Para o governo moçambicano, há um desejo de ampliação da capacidade de pesca, principalmente para as espécies de maior poder de divisas, como é o caso do atum (PPB, 2018).

O processo de globalização chega a Moçambique baseado nas referências neoliberais em que o estado garante os investimentos para interesses de empresários espanhóis e chineses. A inserção do país no mercado globalizado se dá pela produção de equipamentos logísticos que articule aos mercados preferenciais para exportação do produto pesqueiro incluem Portugal, Espanha, Alemanha e alguns países africanos.

O funcionamento do porto já está permitindo a ampliação da internacionalização do atum de Sofala, que é transportado por via rodoviária para a África do Sul e ainda por via marítima para os EUA, Japão, Espanha e Portugal. (PPB, 2018; CM JORNAL, 2020).

DESAFIOS PARA A COMPETITIVIDADE DA PESCA NO CONTEXTO INTERNACIONAL

A produção atual da pesca no país apresenta num contexto de elevada capacidade e fraca produção. O ramo da Agricultura, pecuária, caça, silvicultura, , teve maior participação na economia em 2018 com um peso no PIB de 3,7% cai para 1,2,% e atividades relacionadas a pesca e aquicultura estava em cerca de 2,8% em 2018, cai para 2,3% pesca. Essa queda na pesca deve-se principalmente a redução de captura (-5,7% em relação ao ano anterior) da pesca industrial e da pesca semi-industrial que foi negativa (-7,4% de 2019 em relação a 2018), impactando no PIB, mas a queda não foi tão abrupta por conta da pesca artesanal que crescem sensivelmente 7,1% em 2019 referente a captura e 5,8% em valores do PIB.

Como se observa, a pesca tem pouco impacto na economia do país, embora seja um importante posto de trabalho e garante a sustentabilidade da proteína animal, além de estimular o comércio internacional já que embarcações de outros países atuam nas águas marítimas de Moçambique. Vale destacar que historicamente os investimentos públicos em infraestutura e os investimento privados em extrativismo mineral tem grande relevância para o país. O ano de 2019, devido a crise econômica mundial e principalmente caudado pelos Ciclones Ida na Região central atingindo principalmente Beira em Março de 2019 e o ciclo Kenneth que atingiu em abril de 2019 a região de Cabo Delgado principalmente produziram mais de 800 mortos e danificou as infraestruturas de comunicação, logística portuária e transporte terrestre no país¹.

Assim, esses desastres climáticos em 2019, contribuíram também para que houvesse uma certa crise no setor com redução de captura investimentos privados no setor da pesca industrial e da pesca semi-industrial porque os custos da produção (embarcações, artes de captura) são elevados e muitas vezes financiados, o que gera uma crise de médio prazo, sentida no primeiro semestre de 2020.

PERSPECTIVA PARA MELHORIA DA PESCA E A INSERÇÃO NO MERCADO GLOBALIZADO: POLÍTICAS PÚBLICAS NO SETOR DA PESCA

Apesar disso o ministro alveja atingir em 10 anos um milhão de toneladas e propõe ações de investimento no setor, com intenção de investimento para a exportação e aumento de divisas. Atualmente a maior parte do pescado capturado é consumido internamente, sendo uma pequena parte exportada para Europa, Ásia e África do Sul. e registram o interesse na aquicultura para atingir 220 mil toneladas por ano, nas zonas costeiras com a produção de lagostas e caranguejos².

Aprovação da lei 20/2019, no Boletim da República de Moçambique, publicado em 8 de novembro de 2019, sobre regime jurídico do mar de Moçambique reafirma a convenção das nações unidade sobre o Direito do Mar, ratificando os princípios da abordagem ecossistêmica de preservação ambiental do meio marinho e das zonas costeiras e a cooperação internacional, regional e fronteira em assegurar a cooperação para coordenação dos diversos usos e atividades desenvolvidas no espaço marítimo³. Inclui-se ainda o compromisso com a gestão costeira e marítima, a implementação de formas de monitoramento, produção de cartas náuticas. Assim assume no contexto internacional o compromisso de implementação da gestão adaptativa, gestão multidisciplinar e da gestão sustentável, visando o compromisso com o controle da captura, da poluição, de criação de áreas de proteção e da aferição de taxas para garantia de arrecadação , bem como valorizar e fomentar atividades econômicas de longo prazo pra a garantia da utilização privada dos recursos.

¹INE. Anuário estatístico 2019 Instituto Nacional de Estatística, 2020.

²MIMAIP , Estudo 2: Avaliação Final da Implementação. Avaliação do Plano de Gestão de Pescaria de Linha das Águas Marítimas de Moçambique (2014-2018) – PGP-PL.

MIMAIP . Balanço Anual do Plano Económico e Social de 2018. REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO DO MAR, ÁGUAS INTERIORES E PESCAS, 2018.

³MIMAIP , Estudo 2: Avaliação Final da Implementação. Avaliação do Plano de Gestão de Pescaria de Linha das Águas Marítimas de Moçambique (2014-2018) – PGP-PL.

MIMAIP . Balanço Anual do Plano Económico e Social de 2018. REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO DO MAR, ÁGUAS INTERIORES E PESCAS, 2018.

BREVE HISTÓRICO DE PROJETOS E PROGRAMAS INTERNACIONAIS PARA A PESCA EM MOÇAMBIQUE

A partir de 2010, intensifica-se a entrada de projetos para Moçambique no que diz respeito a pesca e a biodiversidade. Esses projetos oriundos da ONU, das convenções internacionais atuam na tentativa de agir na resiliência em comunidades vulneráveis na zona costeira em Moçambique, que pretende realizar o fortalecimento institucional do setor da pesca, naquilo que a FAO denomina de pesca responsável, em que se diz em desenvolver a capacidade de melhoria de homens e mulheres das comunidades costeiras locais e das autoridades nacionais para governar sustentavelmente e gerir as suas bases de recursos naturais, bem como fortalecer e restaurar a função e o valor dos ecossistemas costeiros e marinhos de bens e serviços para aumentar a resiliência social, econômica e ecológica para as mudanças climáticas.

Existem projetos financiados pelos governos americanos, sueco, financiamento do fundo de desenvolvimento nórdico (Nordic development Fund – NDF) gerido pelo Banco Mundial. São projetos que se baseiam em metodologia de gestão dos recursos pesqueiros em áreas de gestão comunitária e áreas de recuperação de recursos cujo acesso é gerido pelas comunidades locais (Base comunitária).

O agente gestor dos recursos, dentre outras, destaca-se ONG internacional RARE, que se diz atuar na melhoria da capacidade do Ministério do Mar, águas interiores e pesca MMAIP, na orientação da política nacional baseada em direitos de pesca.

Dentre esse projetos, o que tem mais avançado em seus resultados é o promoção da pesca artesanal – PROPESCA, é criado pelo governo de Moçambique como plano estratégico para o subsetor de pesca artesanal (PESPA). Tem a intensão de ação para a redução da pobreza absoluta e em articulação com o programa de oportunidades estratégicas do país (COSOP) da FIDA, foca na cadeia de produtiva da pesca – foi implementado de 2011 a 2018, em toda a costa marítima moçambicana, por meio de 30 polos de ação. Financiamento foram FIDA, fundo da OPEP, união europeia e Governo de Moçambique. Visava melhoria de rendimentos e das condições de vida dos agregados familiares que depende da pesca, por meio do aumento da quantidade de pescado capturado e do valor da produção comercializada. Ocorreu de 2014 a 2016, na zona costeira das províncias de Nampula, Zambézia e Sofala. Fontes de financiamento foram: 78% do fundo Belga para a segurança alimentar através do IFAD, 17% governo de Moçambique e 5% beneficiários.

A pesca artesanal possui em várias localidades de norte a sul ao longo do litoral e em algumas lagoas e rios importantes. É praticada ao longo da costa nas baías de Pemba, Beira, Inhassoro, Inhambane, Quíssico e Maputo. Também é desenvolvido nos lagos Niassa, Chiúta, na albufeira de Cahora-Bassa, Corumana, Massingir e nos lagos.

Figura 2: Porto de Pesca Moçambicano



Fonte: <https://www.cmjornal.pt/mundo/africa/detalhe/novo-porto-de-pesca-mocambicano-inaugurado-na-cidade-da-beira>

As principais características de pesca artesanal é sua relação com as comunidades locais, os modos de vida e formas de culturas ancestrais se relacionam com alguns objetos da modernidade como tipos de rede. Na maioria das vezes, utiliza meios técnicos rudimentares, utiliza pequenas embarcações feitas de tronco de arvores, a produção destina-se para o consumo e o excedente é vendido no mercado local. Em muitos casos, o peixe é salgado ou seco e o tempo de atividade pesqueira é inferior a um dia para evitar a deterioração do pescado (SILVA e MULHAISSE, 2014, WAYA, 2020).

A pesca definida como industrial tem a capacidade de enfrentar o alto mar. Utiliza técnicas modernas (navios – pesca industrial). A produção destina-se ao mercado, a tripulação é mais numerosa. Utilizam uso de radares, sondas e GPS para localizar os cardumes

A Pesca semi-industrial não tem a mesma capacidade de captura da industrial, mas é mais dinâmica que a artesanal. As embarcações possuem tamanho médio, entre 10 e 20 metros de comprimento e em geral com autonomia de conservação a bordo. Ela é desenvolvida já em moldes empresariais, sendo o seu espaço de atuação relativamente maior, pois já pode ser praticada em alto mar. Tem uma tripulação menos numerosa que a industrial e não consegue ficar tantos dias no mar como.

As embarcações da pesca industrial e da pesca semi-industrial possuem o controle da legalização da embarcação e dos petrechos, bem como da produção. A pesca artesanal apesar de ser bastante numerosa, mas faltam estudos mais detalhados do ponto de vista nacional visando a precisão dos dados de captura e de número de trabalhadores envolvidos. Essa dificuldade de precisão do setor artesanal ocorre em todo mundo. Vimos isso no Brasil também, o que dificulta pensar políticas que atinjam de forma mais eficazes os homens e mulheres do setor.

O resultado aparece com a implementação da legalização de artes de pesca artesanal e aumento da frota artesanal. Ver tabela 3.

O plano de licenciamento da pesca artesanal para 2018 foi fixado em 31.523 artes de pesca, tendo sido licenciadas 19.020 artes de pesca, o que corresponde a 60% de realização e um crescimento na ordem de 5% em relação ao ano de 2017 (...).

Este desempenho, foi influenciado pelos níveis de licenciamento registados nas províncias de Manica, Tete e Cabo Delgado, como resultado do maior envolvimento dos SDAE's nas campanhas de licenciamento no âmbito das palestras sobre a "Pesca Responsável". (MMAIP, 2018)

Tabela 3: Licenciamento da pesca artesanal - 2018

PESCARIA	Censo 2012	PLANO 2018	Licenciamento (Nº de Artes)	TR (%)	TC (%) 2017-2018	
	2017		2018			
Maputo	2 745	2 820	2 219	2 720	96	23
Gaza	2 967	3 680	2 491	2 373	64	-5
Inhambane	3 413	2 774	2 636	1 981	71	-25
Sofala	7 478	2 708	1 376	1 290	48	-6
Manica	1 767	833	251	425	51	69
Zambézia	9 603	3 997	1285	855	21	-33
Tete	5 391	2 327	2 307	3 528	152	53
Nampula	10 966	7 000	2 237	1 777	25	-21
Cabo Delgado	6 417	2 250	999	1 437	64	44
Niassa	2 031	3 134	2 396	2 634	84	10
TOTAL	52 778	31 523	18 197	19 020	60	5

Outro desafio para Moçambique é o combate a pesca ilegal e a pesca ilegal internacional, principalmente nas províncias de Maputo, Tete, Sofala e Zambézia, onde lideram o número de processos de prática de pesca nociva. Existe uma exigência de órgãos internacional como as nações unidade em defender o combate à pesca legal. O departamento das nações unidade para Oceanos desafia o continente africano a apostar na piscicultura para alimentação da população. Neste sentido, o governo de Moçambique tem manifestado interesse no investimento em aquicultura, mas falta muito ainda. A região com seca, a disputa de água com a agricultura e a população ribeirinhas...em geral de foca as dificuldade de combater a pesca ilegal aos administradores e fiscais locais, mas isso é muito pouco e acaba por produzir uma criminalização dos trabalhadores mais vulneráveis (O PAÍS, 2018, 2019).

ENTRE A MODERNIZAÇÃO DA PESCA E A COMPREENSÃO DAS TRADIÇÕES PESQUEIRAS MOÇAMBICANAS

O país vive o desafio da triologia: investimentos em novas embarcações e acelerar a produção de pescados de alto valor agregado, como o atum, com a finalidade de captura em larga escala, visando a exportação; a manutenção das tradições das comunidades pesqueiras, que tem o papel de garantia de postos de trabalho e de alimentação dos mais pobre e a terceira trilogia é a manutenção da biodiversidade.

Trata-se de um fenômeno de que Marramao (2009) nos inspira a pensar, o dilema entre o universal e a valorização das diferenças, entre seguir as orientações dos órgãos internacionais que orientam sobre a proteção ambiental, sobre a produção em larga escala e a ideologia da aquicultura para aumentar os estoque e buscar compreender as necessidades das comunidades locais, suas potencialidades.

No ano de 2000, Moçambique assina uma série de acordos internacionais e uma delas destaca-se a entrada de países da união europeia para pesca em áreas nacionais. Trata-se de embarcações da pesca industrial que assim como a África do Sul, Coreia do Sul, e china ingressão em águas moçambicanas buscando os peixes de altos valores econômicos: como Atum, o camarão de águas profundas e algumas espécies de pelágicos.

Além desses projetos de interferência direta na atividade pesqueira em Moçambique, vale ressaltar a questão da normatização que recebe influencia internacional quando o país assina acordos internacionais de aplicação das disposições da convenção da ONU sobre Direito do Mar e de regulação de concessão de direitos de pesca e licenciamento de pesca. Em 2008, o país ratifica a Resolução 19 - de adesão da República de Moçambique ao Acordo Relativo à Aplicação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que visa entre outras coisas, rever a normatização interna do país, visando orientar as ações de proteção das águas territoriais, criar formas de monitoramento da soberania territorial, proteção da biodiversidade marinha e mapeamento os recursos e assim apoiando o projeto da economia Azul. Em maio de 2019, promoveu essa retificação a ONU promove o evento CONFERÊNCIA "CRESCENDO AZUL: Exploração Sustentável e Compartilhada do Oceano", com foco na região Ocidental do Oceano Índico. O debate tratou da uma relação geopolítica e geoeconômica na região onde as águas e a localização de Moçambique são estratégicas, quer seja pelos recursos marinhos e geológicos da região, quer seja pela localização geográfica entre Ásia leste, oriente médio e África oriental. Dos temas tratados, apareceram: a Governança e Sustentabilidade do Oceano, Oceano e Inovação. Rotas do Oceano e Energia do Oceano. Trata-se, sem dúvida de uma ação da Organização das Nações Unidas, por meio de sua Agenda 2030 que define os "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's), particularmente o ODS14 sobre a conservação e utilização sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável". Atualizar o modelo de controle sobre as ações nacionais, implementar novos modelos e metodologias de inovação e modernização tecnológicas e sobretudo direcionar o futuro do país. Essa estratégia soma-se ao Decreto n. 74-2017 de 29 de Dezembro – Aprovação do Regulamento de Concessão de Direitos de Pesca e Licenciamento da Pesca, que é uma normativa mais direta sobre a política nacional de pesca. No decreto aponta a estrutura de organização dos petrechos e artes de pesca, a distinção entre as modalidades de pesca: industrial, semi-industrial,

artesanal, amadora, turística e de caráter de investigação científica.

Caracteriza ainda os órgãos que fiscalizam, os critérios de concessão de licenças de embarcação e de petrechos, mas não evidencia o defeso das espécies

Para cada período são definidos critérios / requisitos, de acordo com o tipo de frota (industrial, semi-industrial e artesanal), os quais incluem, entre outros aspectos, a propriedade das embarcações, a nacionalidade da mão-de-obra empregue e o desenvolvimento de infraestruturas de processamento em terra.

Complementarmente o exercício da atividade de pesca e as medidas de gestão das pescarias de linha são regidos pelo REPMAR8, o qual define entre outros aspectos, as características técnicas das embarcações e as áreas de operação para os diferentes subsectores (industrial, semi-industrial e artesanal). Entretanto, para a pescaria do atum, tratando-se de um recurso migratório, a sua gestão é feita a nível regional através das resoluções emanadas pela Comissão do Atum do Oceano Índico (IOTC) da qual Moçambique é membro. (MIMAIP, 2019, P. 5)

Importa referir que o REPMAR vigente foi aprovado à luz da Lei n.º 3/90 de 26 de Setembro – Lei das Pescas, que na altura vigorava. No quadro da atual lei, está em elaboração o anteprojeto de Regulamento da Pesca Marítima – “Novo REPMAR”, cujas disposições sugerem alterações ao atual modelo e que poderão vir a ter um impacto sobre a pescaria de peixe com artes de anzol. As possíveis alterações com impacto na pescaria de crustáceos de profundidade foram tidas em consideração e refletidas no capítulo destinado à proposta das principais linhas orientadoras para a elaboração do PGP-PL (2020-2024).

ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS PENSANDO SOBRE O FUTURO

À guisa das contribuições finais, Como divisas para a economia nacional a pesca tem importância crucial para a renda, e essa renda é contabilizada levando em conta a extração marinha das embarcações estrangeiras. Quanto à política nacional do setor pesqueiro, os esforços recentes em adequar a produção pesqueira às normas internacionais têm sido feito, como a modernização da frota das embarcações e dos portos. Entretanto, o país precisa valorizar a produção pesqueira de pequena escala, a pesca artesanal, como é de grande importância para a sustentabilidade alimentar em Moçambique, porque o pescado é a principal fonte de proteína animal principalmente para as populações mais pobres. A política pesqueira precisa melhorar os levantamentos, quanto à produção, ao número de trabalhadores envolvidos e à análise da importância da cadeia produtiva na garantia de trabalho e renda no contexto da produção da pesca artesanal. Também a implementação de petrechos internacionalizados têm confrontado com as artes de pesca tradicionais e tem intensificado a sobrepesca que poderá contribuir para a redução do estoque. Assim as águas piscosas do Oceano Índico e das baías moçambicanas que atraem embarcações de outros países, que consiste na produção pesqueira danosa ao ambiente precisa ser levada em consideração para o futuro da economia pesqueira de pequena escala e da preservação ambiental no país. Outra consideração importante é o levantamento nacional do perfil dos trabalhadores, do tipo de pescado e de orientação junto às comunidades pesqueiras tradicionais para pensar de forma sustentável e de gestão compartilhada o futura da atividade no país.

REFERÊNCIAS

MIMAIP, Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas de Moçambique. Administração Nacional das Pescas. Listagem de Embarcações nacionais e estrangeiras com Licença de Pesca. Administração Nacional das Pescas - ADNAP, , Maputo Cidade, 2020

MIMAIP, Estudo 2: Avaliação Final da Implementação. Avaliação do Plano de Gestão de Pescaria de Linha das Águas Marítimas de Moçambique (2014-2018) – PGP-PL

MIMAIP. Balanço Anual do Plano Económico e Social de 2018. REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO DO MAR, ÁGUAS INTERIORES E PESCAS, 2018

ONU. Commission Économique pour l'Afrique, Centre africain pour la statistique. Statistical Commission for Africa III/ Commission Statistique • pour l'Afrique IIIp.4 Featured NSO: Malawi / Profil de l'INS: Malawi• p.54, 2012

GOVERNO MOÇAMBIQUE. Contas Nacionais de Moçambique, IV Trimestre 2018. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2018.

WAYA, A. ENSAIO SOBRE MODOS DE VIDA E SABERES LOCAIS DAS COMUNIDADES DE PESCADORES ARTESANAIS. **Mares:** Revista de Geografia e Etnociências, v. 2, n. 1, p. 51-60, 16 out. 2020.

SILVA, C. A. MULHAISSE, R. A. Pesca artesanal em Moçambique.

PPB, Historial do Porto de Pesca da Beira, janeiro, 2018, <https://portodepescabeira.co.mz/historial-do-porto-de-pesca-da-beira/>). Disponível: <https://portodepescabeira.co.mz/2018/01/26/a-pesca-em-mocambique/>

UNIÃO EUROPEIA. Novo acordo de pesca entre União Europeia e Moçambique, IP 02 1548. Bruxelas, 23 de Outubro de 2002

<https://www.cmjornal.pt/mundo/afrika/detalhe/novo-porto-de-pesca-mocambicano-inaugurado-na-cidade-da-beira>

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. BOLETIM DA REPÚBLICA PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, SÉRIE 1, N. 203, 29 de dezembro de 2017.

ECA. African Statistical Newsletter Bulletin d'Information Statistique, v 6, n.01, march, 2012.

INIP/MIMAIP. **Boletim de Divulgação Pesqueira** (BD), n.º 54 CHAÚCA, Isabel et al. O Estado de Exploração dos Recursos Acessíveis à pesca Artesanal em Moçambique – 2010. Maputo. IIP. 2013.

INIP/MIMAIP. **Boletim de Divulgação Pesqueira** (BD), n.º 55 MURAMA, José et al. Prospecção das principais espécies de peixe de água doce para potenciar a piscicultura. IIP. Maputo. IIP. 2013.

INIP/MIMAIP. **Boletim de Divulgação Pesqueira** (BD), n.º 56 HAGY, Badrú Nordine. Caracterização dos Parâmetros físico-químicos da água e mapeamento das áreas de pesca da Albufeira de Massingir. Maputo. IIP. 2013.

MIMAIP. Anais da Conferência "CRESCENDO AZUL. Maputo 24 a 24 de maio de 2019.

INE. Contas Nacionais de Moçambique, IV Trimestre 2018, © 2019 Instituto Nacional de Estatística

INE. Anuário estatístico 2019 Instituto Nacional de Estatística, 2020.